

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

ATA Nº 95ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CEDRS

ATA DA REUNIÃO: 95ª Reunião Ordinária do CEDRS
INÍCIO: 9h10
LOCAL: Auditório Anexo SEAG

DATA: 06 de agosto de 2013
TÉRMINO: 12h10

Secretário Executivo: Clésio Antônio Brandão
Relator: Letícia Maria Schneider Duarte

1. PARTICIPANTES

1.1. Presentes

(T) Conselheiro-Titular
(P) Presidente

(S) Conselheiro-Suplente
(SE) Secretário Executivo

(C) Convidado
(R) Relator

(O) Outros

Entidade	Representante	Telefone	E-mail	Classe
SEAG	Enio Bergoli da Costa	(27) 3636-3725	enio@seag.es.gov.br	P
SEAG/GAFRF	Clésio Antônio Brandão	(27) 3636-3717	clesio@seag.es.gov.br	SE
SEAG/GAFRF	Letícia Mª Schneider Duarte	(27) 3636-3689	leticia@seag.es.gov.br	R
INCAPER	Maxwel Asis de Souza	(27) 3636-9888	maxwel@incaper.es.gov.br	T
IDAF	José Olavo Bellon	(27) 3132-1564	jbllon@idaf.es.gov.br	T
CEF	Marcos André da Silva	(27) 3357-5100	marcos-andre.silva@caixa.gov.br	S
BB	Wederson Hubner Nascimento	(27) 9943-6767	whn@bb.com.br	T
BB	Samuel Valandro	(27) 3331-2639	super.es@bb.com.br	S
BNB	Marcus Louriçal Neves	(27) 3134-8100	mlneves@bnb.gov.br	T
DFDA/MDA/ES	Josean de Castro Vieira	(27) 3185-9058	josean.vieira@mda.gov.br	T
INCRA	Ricardo Muniz Stroglio	(27) 3185-9050	ricardostroglio@vta.incra.gov.br	T
FETAES	Reginaldo Armelao	(27) 9933-2142	armelao@terra.gov.br	T
APTA	Demétrius de Oliveira Silva	(27) 9810-2098	demetrius@apta-es.gov.br	S
MEPES	Geovani Bissa Meriguete	(27) 3536-1151	geovani.meriguete@mepes.org.br	T
UNICAFES	Jeane Albani Três Trevizani	(27) 9608-3130	caf.smj@hotmail.com	S
UNICAFES	Valdemar Flegler	(27) 9608-3130	caf.smj@hotmail.com	S
MPA	Dorizete Cosme	(27) 9981-3052	dorizetecosme@yahoo.com.br	T
RECOTES	Manoel Bueno dos Santos	(27) 8848-6459	aspejpesca@yahoo.com.br	T
RECOTES	Leonisio Pereira de Souza	(27) 9974-3905	leonisio.souza@bol.com.br	S
Comissão Estadual de Jovens	Zaldimar Tadeu da Silva	(27) 9932-9489	juventude@fetaes.org.br	S
AITG	Genildo Francisco	(27) 9236-9113		T
AITG	Paulo Henrique Vicente Oliveira	(27) 9834-8418	paulo.tupiniqum@gmail.com	S
Quilombolas	Wallace da Conceição	(27) 9869-1522	wallacedaconceicao@yahoo.com.br	S
SEAG/GAO	Decimar Schultz	(27) 3636-3674	organica@seag.es.gov.br	C
SEAG/GAPES	Alcestes Ramos Filho	(27) 3636-3652	alcestes@seag.es.gov.br	C

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

2. EXPEDIENTE

Distribuição de cópias dos seguintes documentos:
Ata da 94ª Reunião Ordinária do CEDRS.
Ata da 67ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Política Fundiária
Minuta do Decreto que regulamenta a Lei de ATER

3. PAUTA DA REUNIÃO

I PARTE:

- Palavra do Presidente – Secretário de Estado da Agricultura (5min)
- Palavra dos Conselheiros

II PARTE: Ordem do dia

- Aprovação da Ata da 93ª e 94ª Reunião Ordinária do CEDRS;
- Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de Política Fundiária;
- Apresentação da Minuta do Decreto que regulamenta a Lei de ATER;
- Deliberação sobre os encaminhamentos da Câmara Técnica de ATER;
- Resumo das sete Conferências Territoriais realizadas pela Comissão Organizadora Estadual da 2ª Conferência de Desenvolvimento Rural Sustentável: “Por um Brasil Rural com Gente do Jeito que a Gente Quer”;
- Assuntos Gerais
- Encaminhamentos

4. PALAVRA DO PRESIDENTE

4.1. Verificado o quórum (**anexo I**), o Presidente do Conselho, Enio Bergoli, deseja bom dia a todos participantes, agradece a presença e fala sobre a pauta: deliberações da Câmara Técnica de ATER, Política Fundiária e Infra Estrutura Produtiva. Segundo ponto: sobre a minuta que regulamenta a Lei de ATER informando que para chegar a essa minuta de decreto foram realizadas sete reuniões e que toda documentação que vai para o Governador passa pela Procuradoria, o que não quer dizer que seja um documento definitivo. Na questão da Infra Estrutura Produtiva, o presidente declara que apresenta alguns problemas. Cada município tem 250 a 400 mil reais por ano. Estamos querendo ampliar essa quantia de 400 para 800 mil, mas os processos estão apresentando problemas na realização dos convênios principalmente na construção civil. Que os conselheiros orientem os municípios para que esses projetos sejam executados e que possam vencer a burocracia. Na sequência o Secretário do CEDRS Clésio Brandão fala do segundo ponto da reunião dando a palavra aos conselheiros.

5. PALAVRA DOS CONSELHEIROS

- 5.1. O Conselheiro Geovani aproveita que o Secretário Enio falou sobre a infraestrutura produtiva, e questiona algumas dúvidas na hora da aprovação em plenário. É necessário rever os parâmetros do que pode e o que não pode na infraestrutura produtiva. Qual equipamento é viável ou não.
- 5.2. O Secretário Clésio, haja justo e deixa como sugestão que a Infraestrutura Produtiva faça uma **relação de equipamentos** que podem ser pleiteados e que apresentem aos Conselheiros.
- 5.3. O Conselheiro Demétrius apresenta uma proposta de encaminhamento: os conselheiros não têm muita clareza do que são de fato as duas gerências: agricultura familiar e agricultura orgânica. Que a cada dois ou três meses pudessem ser relatados para os conselheiros e as conselheiras as ações dessas gerências para que se tenha uma maior transparência dando condições ao CEDRS de acompanhar e reivindicar.

Pede informações também sobre o processo do Quilombo do São Cristovão - São Mateus.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

Terceiro ponto: a reestruturação do Conselho Estadual. Na sua dinâmica, divisões de tarefas e composições. Não é necessário a criação de várias Câmaras Técnicas e sim uma reestruturação do Conselho. O Conselheiro gostaria de propor ao Conselho um processo de reestruturação, com uma análise de conjuntura da agricultura familiar capixaba, pescadores, quilombolas, indígenas. Não cabe ao Conselho somente a aprovação de projetos e sim o real apoio ao desenvolvimento rural sustentável.

- 5.4. Segundo o Conselheiro Josean existem mais coisas a fazer do que uma relação de máquinas. Reflexão sobre a forma de elaboração como o CEDRS formula o uso do recurso. O que está sendo promovido de fato com esse recurso. Não há necessidade de se colocar periféricos para que se bata a “meta” do recurso. Com relação à fala do Conselheiro Demétrius, realmente há uma necessidade de reflexão sobre o papel do CEDRS que: está sendo acompanhada uma rotina ou se está de fato colaborando para o desenvolvimento da agricultura familiar do Estado. De fato existe a necessidade de um Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável. Oportunidade na Conferência Estadual de se discutir sobre isso.
- 5.5. O Conselheiro Reginaldo também corrobora com os demais Conselheiros na questão do “papel” do CEDRS que mesmo sendo composto por várias representações da sociedade civil e diversas Secretarias, só são atendidas as solicitações da SEAG e do MDA. Trabalhar para que o Conselho vá além de aprovar projetos, e fica **como sugestão um encontro do CEDRS para que seja repensada a forma de atendimento as solicitações e o uso do recurso para a agricultura familiar.**
- 5.6. O Conselheiro Valdemar questiona a motivação da juventude de ficar no meio rural. Questiona o Mercado, que apresenta como saída o PAA e o PNAE, mas há necessidade de outros mercados. Qual a forma dos Conselheiros, enquanto parceiros desses governos, traçarem novos caminhos. Existem espaços ociosos e é necessário que o Governo de um apoio para que os produtores possam ter um local para a distribuição de suas mercadorias. As ações do governo estão voltadas para aquisição de equipamentos, não considerando a questão da comercialização. Como sugestão, o espaço que existe em Jardim da Penha – CONAB.
- 5.7. O Conselheiro Josean apresenta uma proposta é que se forme uma **diligencia** e que se possa conhecer essa realidade, para que o CEDRS possa tomar atitudes com relação a isso.
- 5.8. O Secretário Clésio concorda com as colocações dos demais Conselheiros e propõe que seja encaminhado um **ofício, juntamente com a lista de presença dessa Reunião, solicitando a CONAB esse espaço**, que já foi feito verbalmente, e convide a CONAB para participar do próximo Conselho e debater o assunto.
- 5.9. O Conselheiro Josean acrescenta a importância da CONAB estar junto, para que a CONAB possa apresentar a realidade dela.
- 5.10. Fica acordada na reunião uma comissão que a CONAB – Jardim da Penha para conhecer a realidade, agendada para terça-feira (dia 13/08). Comissão: Josean de Castro Vieira, Clésio Antônio Brandão, Jeane Albani T. Trevisani, Valdemar Flegler e Zaldimar Tadeu da Silva.
- 5.11. O Conselheiro da Franklin acrescenta que não é só a agricultura familiar que apresenta problemas. A pesca tem enfrentado sérios problemas, e não é dada a sua importância, somente são faladas sobre as culturas de café, e produtos referentes à agricultura familiar. Existe verba federal para a pesca, mas essa verba não aparece.
- 5.12. O Conselheiro Demétrius solicita um levantamento de quantos projetos foram perdidos por municípios inadimplentes.
- 5.13. O Conselheiro Geovani questiona as dificuldades dos municípios para a utilização dos recursos do infra estrutura produtiva, ou terá que ser repensado um novo caminho.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

- 5.14. O Secretario Clesio informa que a SEAG, a SEGER e o Gabinete do Governador estão repensando um novo modelo de aplicar os recursos da agricultura familiar, tendo em vista que, os municípios têm apresentado uma dificuldade muito grande devido à inadimplência que inviabiliza a celebração do convenio. São enviados ofícios todo o mês cobrando dos municípios a regularização.
- 5.15. O Conselheiro Dorizete (MPA) fala da importância da regularização dos municípios e destaca que um dos requisitos principais para que o município tenha acesso aos recursos é o Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável, que muitos deles não apresentam.
- 5.16. O Conselheiro Paulo Henrique questiona o acesso ao PRONAF, no que refere à garantia. O Conselheiro Samuel (BB) esclarece que a regra do crédito é a mesma para todos: quando se pega operações até 10 mil reais necessita só da assinatura do proponente (isso para bens móveis), mas quando se trata de um crédito acima de 10 mil reais, além da garantia do bem, necessita do aval de outra pessoa. São regras estabelecidas para concessão do crédito que o Banco segue através do Manual de Crédito Rural.
- 5.17. O Secretário Clésio faz um **encaminhamento de Reunião da Câmara Técnica de Crédito Rural para que se faça uma discussão sobre o assunto, com a presença da FUNAI e da representação dos Indígenas**, antes do próximo Conselho.
- 5.18. O Secretario Clesio informa aos demais Conselheiros que, para participarem do CEDRRS, no dia 20 e 21 de agosto, foi aprovado em conselho que o Conselheiro seria “delegado nato” se participasse de uma das sete Conferências Territoriais que antecederam a Conferência. Porém, apenas nove Conselheiros participaram e os demais não participaram de nenhuma. Falta de responsabilidade dos Conselheiros e necessidade de participação. **Encaminhamento: que a secretaria executiva do CEDRS convoque uma Reunião Extraordinária no dia 21 de agosto no Hotel Praia Grande – Nova Almeida.**
- 5.19. O Conselheiro Josean faz um resgate histórico: o Secretario Clesio, recebeu um comunicado do CONDRAF sobre a realização da Conferência. Todas as regras foram passadas e aprovadas pelo CEDRS, uma das regras seria a criação do “delegado nato” o que não respeitado foi pelo próprio CEDRS. Ressalta a importância dos demais Conselheiros participarem da Conferência, mesmo que sejam como convidados.
- 5.20. O mediador Fabricio informa que a Conferência é responsável pela elaboração de um Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável do Espírito Santo, feito pelo CEDRS. A CEDRSS é uma das etapas da elaboração desse Plano e que deveria envolver todos os Conselheiros.
- 5.21. Colocada em votação a convocação da Reunião Extraordinária foi aprovada por unanimidade.
- 5.22. Decimar Schultz faz um convite para participação do III Seminário Estadual de Agroecologia, que será realizado no dia 10 a 12 de setembro, em Nova Venécia.
- 5.23. Apresentação do novo Conselheiro da CEF Marcus André e do Conselheiro dos Quilombolas Wallace da Conceição.

6. APROVAÇÃO DA ATA

- 6.1. De posse da palavra, o Secretario Executivo colocou em votação a Ata da 93ª e 94ª Reunião Ordinária do CEDRS que foram aprovadas em unanimidade.

Obs.: Solicitação de inversão de pauta para apresentação da minuta da Lei de ATER.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

7. DELIBERAÇÃO SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DA CÂMARA TÉCNICA DE ATER

- 7.1. O Conselheiro Demétrius registra e lamenta a ausência da participação dos Conselheiros nas reuniões que definiram a Lei de ATER no Estado. Registra também a necessidade da **criação do Fundo Estadual de ATER**, que não aparece na minuta.
- 7.2. O Conselheiro Maxwell justifica que, como não tem na Lei, o Fundo não foi incluído no decreto, apesar de ser de grande relevância, abrindo um espaço para uma nova discussão. Faz uma observação da falta de participação dos Conselheiros nas reuniões para discutir a minuta da Lei de ATER. Cobra uma posição do Conselho para que repense a Câmara Técnica que não está apresentando quórum nas reuniões. É posta em discussão a “Minuta de Decreto da Lei de ATER”.
- 7.3. O Conselheiro Reginaldo argumenta que o trabalho não pode ser só de responsabilidade da SEAG, e sim do INCRA, e várias outras Secretarias. Questiona se os maiores recursos do Estado estão na SEAG.
- 7.4. O Conselheiro Dorizete sugere que se suspenda a aprovação do Decreto e que se **agende uma nova reunião** para que se apresente uma nova proposta para que se tenha uma maior garantia da origem dos recursos.
- 7.5. O Conselheiro Maxwell contrapõe dizendo que não concorda com a realização de mais uma reunião, uma vez que, não há tempo hábil para a aprovação do Decreto para execução da Chamada Pública, e que, as reuniões não dão quórum. Já foram criados espaços para debate, mas não houve interesse pelos Conselheiros.
- 7.6. O Conselheiro Josean questiona o artigo 4º onde cita convênios com as instituições privadas, lembrando que o governo não faz convênio com instituições privadas e sim contratos. Artigo 12º contradição – não está incluído o PROATERES. Os artigos foram alterados.
- 7.7. O Conselheiro Franklin corrobora com o Conselheiro Maxwell, onde explicita que não é mais hora de se questionar a minuta, uma vez que, já houve tempo suficiente para isso. A proposta é que se vote a minuta.
- 7.8. O Secretário Clésio reforça que a sugestão da não aprovação da minuta acarretará uma nova reunião e que não tem tempo hábil para isso. Foi dado prazo e tempo para discutir letra por letra da minuta, nas 9 reuniões realizadas e que não houve participação dos Conselheiros.
- 7.9. A proposta do Conselheiro Dorizete é que fique encaminhado, conforme sugere o Conselheiro Josean, **uma proposta de criação do Fundo**.
- 7.10. O Conselheiro Maxwell sugere que seja feita com a orientação do jurídico, para que se possam estabelecer os parâmetros.
- 7.11. Como encaminhamento, o Secretário Clésio propõe uma **reunião para que se possa discutir a liberação de recursos e a constituição de um Fundo Estadual de ATER**.
- 7.12. A Conselheira Jeane percebe que o Conselho não está preparado nem assessorado juridicamente para definir o que pode o que não pode em um decreto. E que no fim não consigo contemplar o que realmente se quer. O encaminhamento é que não se vote a minuta.
- 7.13. O Secretário Clésio reafirma que a minuta foi criada através de reuniões feita pelos próprios Conselheiros e que hoje está sendo posta em discussão. Assim sendo, o decreto é posto em **votação**, com a ressalva de que, o CEDRS irá trabalhar uma forma de criar um Fundo Estadual de ATER. **A minuta é aprovada com uma abstenção**.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DO ESPIRITO SANTO

8. DELIBERAÇÃO SOBRE OS ENCAMINHAMENTOS DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICA FUNDIÁRIA

8.1. O suplente da Câmara Técnica Miguel Angelo Aguiar informa que as reuniões estão vazias informa os assuntos tratados na 67ª Reunião (ata encaminhada por email):

- A falta de quórum das reuniões (não se constata a presença do INCRA, BB, IEMA).
- As visitas de monitoramento que serão realizadas juntamente com os eventos programados pela UTE;
- As análises das propostas de Crédito Fundiário;
- As novas normativas para o crédito fundiário (taxas de juros, prazos, vistoria social, etc.).
- Propostas em andamento na UTE.

9. RESUMO DAS CONFERÊNCIAS TERRITORIAIS

9.1. Serão apresentados no dia 21 de agosto na II CNDRSS.

10. ASSUNTOS GERAIS

10.1. O convidado Alcestes Ramos Filho, Gerente de Pesca da SEAG convida o Conselho para a entrega do Plano de Desenvolvimento da Pesca do Espírito Santo dia 8 de agosto na GranExpoES, fruto de um trabalho de nove meses com toda cadeia de produção do setor pesqueiro do Estado, e a realização do Fórum Estadual de Pesca e Aquicultura. Fórum permanente que vai assessorar o setor da pesca e aquicultura no Estado.

11. ENCAMINHAMENTOS

11.1. Realização de um encontro do CEDRS para que seja repensada a forma de atendimento as solicitações e o uso do recurso para a agricultura familiar.

11.2. Fica acordada na reunião uma comissão para visitar o galpão em Jardim da Penha para conhecer com a presença da CONAB, agendada para terça-feira (dia 13/08).

11.3. Reunião da Câmara Técnica de Crédito Rural para que se faça uma discussão sobre o assunto, com a presença da FUNAI e da representação dos Indígenas.

11.4. Reunião Extraordinária do CEDRS dia 21 de agosto no Hotel Praia Grande – Nova Almeida.

11.5. Reunião para que se possa discutir constituição de um **Fundo Estadual de ATER**.

Finalizada a reunião 12h30.